



**Avaliação de Efetividade
de Projetos Indígenas no
Âmbito do Fundo Amazônia**

**Projeto
Fortalecimento da
Gestão Territorial
e Ambiental de
Terras Indígenas
na Amazônia**

Março 2022

Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no Âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Este relatório apresenta os resultados da avaliação de efetividade do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia, que faz parte da avaliação de efetividade *ex post* de projetos no tema de Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES. A avaliação foi realizada por uma equipe formada por consultores independentes sob a coordenação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ)* no âmbito da cooperação técnica com o BNDES acerca do Fundo Amazônia. Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da GIZ ou do BNDES.

O documento com a íntegra da avaliação de efetividade *ex post* de projetos no tema de Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia se encontra no website do Fundo Amazônia, na seção *Avaliações Externas*.

Equipe de avaliação

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes

Gersem Baniwa

Ricardo Wahrendorff Caldas

Coordenação da Avaliação

(Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ GmbH)

Alef Brito

Bernardo Anache

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Por meio da:





Sumário

Lista de Acrônimos	4
Projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	7
1. Resumo do projeto.....	8
2. Lógica da intervenção	12
3. Metodologia	13
4. Avaliação dos resultados.....	13
4.1. Efeitos indiretos	13
4.1.1. Efeito Geral.....	14
4.1.2. Componente Ordenamento Territorial: Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada.....	17
4.1.3. Componente Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá	18
4.2. Efeitos Diretos.....	19
4.2.1. Componente Ordenamento Territorial.....	19
4.2.2. Componente Produção Sustentável	21
4.2.3. Síntese dos Efeitos Diretos	22
5. Gestão e Monitoramento do projeto	25
5.1. Pontos positivos.....	25
5.2. Desafios.....	26
6. Conclusões e lições aprendidas.....	26
7. Recomendações	28
8. Salvaguardas de Cancun (REDD+).....	29
9. Critérios transversais	32



Lista de acrônimos

ACJ	Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento do Município de Jutai
ADERR	Agência de Defesa Agropecuária de Roraima
AIS	Amazônia Indígena Sustentável (Projeto)
AERDSC	Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim
AMARU	Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS de Uacari
AMIN	Associação de Mulheres Indígenas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APS	Atividades Produtivas Sustentáveis
APPs	Áreas de Preservação Permanente
ASPODEX	Associação do Povo Deni do rio Xeruã
ASPROC	Associação dos Produtores Rurais de Carauari
ATAI	Agentes Territoriais e Ambientais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAFOD	Agência Católica para o Desenvolvimento Ultramarino
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CIFCRSS	Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol
CIR	Conselho Indígena de Roraima
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPIJU	Conselho dos Povos Indígenas de Jutai
CPI	Comissão Pró-Índio
CTI	Centro de Trabalho Indigenista

Lista de Acrônimos

CAR	Cadastro Ambiental Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DGTA/CIR	Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do Conselho Indígena de Roraima
FA	Fundo da Amazônia
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GIZ	Agência Alemã de Ccooperação (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH)
GPVIT	Grupo de Proteção e Vigilância Territorial
IGATI	Implementando a Gestão Ambiental em Terras Indígenas (Projeto TNC)
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisas da Amazônia
IIEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil - Brasília
ISA	Instituto Socioambiental
LEAF	Lowering Emissions by Accelerating Forest finance
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEMAS	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PEMC/PA	Política Estadual sobre o Mudanças Climáticas
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos

Lista de Acrônimos

PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNFM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QL	Quadro Lógico
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD+	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)
RESEX	Reserva Extrativista
SOMAI	Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena
SAFs	Sistemas Agroflorestais
TNC	The Nature Conservancy
TdR	Termos de Referência
TIs	Terras Indígenas
UCs	Unidades de Conservação
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change)
USAID	United States Agency for International Development
WWF	World Wide Fund for Nature

PROJETO

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia

Título do projeto:	Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia
Entidade responsável:	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)
Período do projeto:	Novembro- 2014 a dezembro 2018 - 49 meses
Abrangência territorial:	Amapá e Pará
Beneficiários:	Cerca de 8.800 indígenas e 100 servidores públicos
Objetivo:	“Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis terras indígenas nos estados do Amapá e do Pará, visando contribuir para a redução do desmatamento nestas áreas” ¹
Valor total do projeto:	R\$ 16.308.105,98 ²
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 15.750.406,00 ³

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES (www.fundoamazonia.gov.br)

1. Fonte: Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/>

2. Fonte: Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/>

3. Fonte: Tdr

1. Resumo do projeto

O projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* (IGATI) foi apresentado pela The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) e buscou fortalecer a gestão territorial e territorial em seis terras indígenas (TIs), sendo quatro no estado do Amapá e duas no estado do Pará. Estas TIs são: Galibi; Jumina; Uaçá; Waiapi; Trincheira Bacajá; Apyterewa.

Estima-se que cerca de 8.800 indígenas tenham sido beneficiados por este projeto, bem como cerca de 100 servidores públicos. O projeto teve formalizado em contrato um orçamento de R\$ 15.750.406,00. Este projeto contribui para objetivo maior do Fundo Amazônia que é combater o desmatamento na Amazônia.

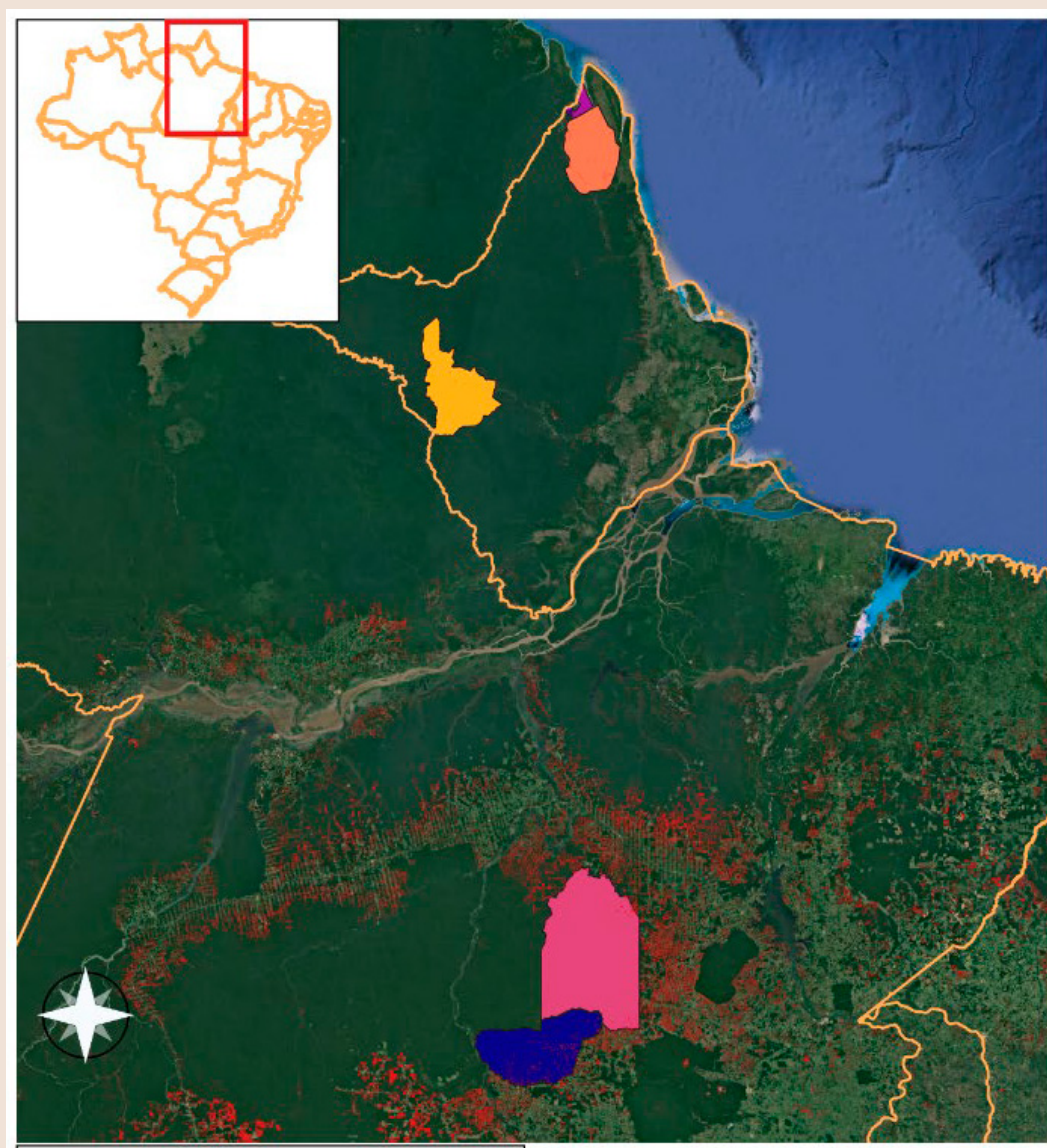
O projeto tinha dois objetivos gerais: i) Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada e ii) Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá.

O principal resultado do projeto foi o número expressivo de oficinas realizadas para construção participativa dos PGTA's (43), quase o dobro da meta estabelecida, e os 4 PGTA's elaborados ou atualizados.⁴ Além disso, o projeto inovou ao preparar outros 4 planos de sustentabilidade econômica dos PGTA's, com diagnóstico de investimentos mínimos e de fontes de recursos para o seu financiamento. Houve ainda sete oficinas para capacitação em gestão territorial e ambiental em terras indígenas, da qual participaram 101 servidores públicos. Nesse sentido, pode-se afirmar que o projeto contribuiu para fortalecer a gestão territorial e ambiental sustentável nas seis TIs cobertas pela intervenção. O resultado foi a redução do desmatamento nas seis TIs alcançadas pelo projeto até o ano de 2020. Do ponto de vista da produção sustentável, o projeto capacitou 87 indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais.

A abrangência do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* (IGATI) pode ser verificada no mapa da Figura 1.

4. Cumprindo integralmente a meta prevista de 4 PGTA's.

Figura 1: Mapa de abrangência do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* [IGATI]



LEGENDA

Estados PRODES

0 70 140 210 280 350 km

Projetos de Apoio a Povos Indígenas

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental

Apyterewa	Trincheira Bacaja
Galibi	Uaçá
Jumina	Waiãpi

SIRGAS 2000

Fontes:
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:
Busca Terra
02/10/2021

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Em síntese, pode-se dividir as principais atividades realizadas pelo projeto em três grandes eixos: i) ordenamento territorial, ii) produção sustentável e iii) capacitação:⁵

i) Ordenamento Territorial

- Elaboração de quatro novos PGTA's (TIs Trincheira Bacajá, Apyterewa e Waiãpi);
- Atualização de um PGTA integrado das TIs Galibi, Jumina e Uaçá (Oiapoque);
- Elaboração de quatro planos de sustentabilidade econômica, um por PGTA.
- Fortalecimento de quatro núcleos técnicos de implementação dos PGTA's com PCs e internet,
- Preparação de quatro planos de vigilância e monitoramento territorial e ambiental
- Organização de três redes de monitoramento ambiental abrangendo as TIs do Oiapoque, TI Waiãpi e TI Trincheira Bacajá.
- Realização de 29 expedições de vigilância e monitoramento ambiental, na qual participaram 1.200 indígenas, de seis etnias, alcançando 2,2 milhões de hectares de floresta de cinco TIs.
- Elaborado quatro diagnósticos socioeconômicos e de ameaças das seis Tis cobertas pelo projeto.

ii) Produção Sustentável

- Apoio à seis projetos comunitários: três no Oiapoque, um na TI Apyterewa, um na TI Trincheira Bacajá e um na TI Wajãpi;
- Fortalecimento da cadeia produtiva da castanha nas TIs Trincheira Bacajá e Apyterewa;
- Fortalecimento da atividade do artesanato nas TIs do Oiapoque e na Apyterewa;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do açaí nas TIs do Oiapoque;
- Criação de um novo sistema de logística para a venda de casta-

5. Fonte: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-da-Gestao-Territorial-e-Ambiental-de-Terras-Indigenas-na-Amazonia/>

nha-do-brasil, na TI Trancheira Bacajá (dos Xikrin) e na TI Apyterewa (dos Parakanã), a preços acima do mercado nacional;

iii) Capacitação

- Capacitação de 87 indígenas em manejo/beneficiamento/comercialização de produtos locais;
- Fortalecimento de instituições e lideranças indígenas em gestão territorial e ambiental, a saber: Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura (Awatac), da TI Waiãpi; Organização Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (Amim), das TIs do Oiapoque; Associação Instituto Bepotire Xikrin (Ibkrin); Associação Bebô Xikrin do Bacajá (Abex), da TI Trancheira Bacajá; e Associação Indígena Tato'a (AIT), da TI Apyterewa
- Preparação de 26 indígenas em atividades administrativo-financeiras.
- Realização de sete cursos de gestão territorial e ambiental de TIs no contexto da PNGATI.
- Formação de 133 agentes socioambientais indígenas para a gestão de PGTAs, ações de campo de vigilância territorial e monitoramento ambiental.

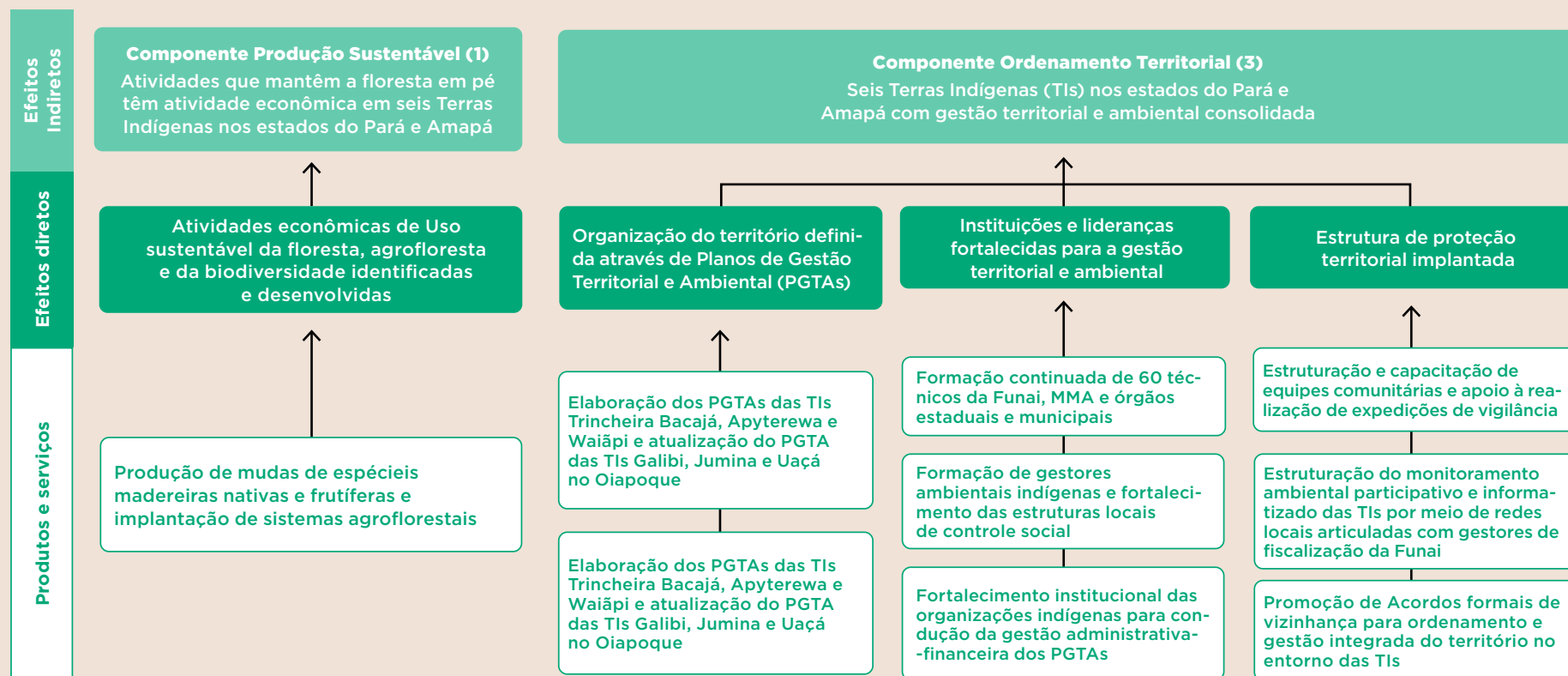


2. Lógica da intervenção

No quadro lógico do Funda Amazônia, o projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* dialoga com os seguintes componentes: (1) Produção Sustentável; e (3) Componente Ordenamento Territorial.

Figura 2: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*

Projeto: Fortalecimento de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia - TNC Brasil



Fonte: Elaboração própria

3. Metodologia

- Os critérios e a metodologia utilizados na avaliação de efetividade do projeto contemplaram os mesmos do percorrer metodológico já apresentado no relatório temático da avaliação, com base nos critérios da OCDE.
- Assim como nos demais, foram realizadas entrevistas por videoconferência com a equipe técnica da TNC, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro importante subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documentais do projeto, que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Foram realizadas entrevistas com beneficiários e líderes de associações indígenas.

4. Avaliação dos resultados

4.1. Efeitos Indiretos

Na análise dos efeitos indiretos, leva-se em consideração os objetivos maiores do Fundo Amazônia. Esses objetivos podem ser divididos em sete grandes áreas temáticas.⁶

1. Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
2. Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
3. Manejo florestal sustentável;
4. Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
5. Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
6. Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
7. Recuperação de áreas desmatadas.

6. Essas áreas foram definidas pelo Decreto nº 6.527/2008. BNDES/FA. QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA 2017. Brasília, BNDES/FA, 2017. P. 28.

Dentre essas sete áreas, este projeto dialoga com praticamente todas elas, muito embora se destaquem as áreas temáticas 2 (Controle, monitoramento e fiscalização ambiental) e 7 (Recuperação de áreas desmatadas).

Na próxima seção, concentrar-se-á no maior efeito indireto do projeto, que foi a redução do desmatamento na área abrangida pelo projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*.

4.1.1. Efeito Geral

Em geral, o desmatamento cresceu na Amazônia durante as últimas duas décadas, como se pode verificar na Tabela 1.

Tabela 1: Total desmatado em terras indígenas na Amazônia (em km²)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total de área desmatada	331,19	293,75	225,69	159,04	167,74	96	73,03	105,09	198,04	260,57	497,37	427,94

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Por outro lado, segundo consultoria contratada pela GIZ,⁷ o impacto da redução do desmatamento na área do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* foi bem inferior, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. Os dados são apresentados em km²







Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	35.498,8	35,15	19,61	7,54	3,41	6,51	8,11	7,62	6,75	8,74	32,57	124,88	87,09
Total Geral	107.536,1	40,48	24,29	10,81	6,44	17,55	11,28	8,77	9,86	10,92	35,65	129,44	94,38

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

7. TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021. pp.5-6. Doravante apenas TERRA (2021).

Durante o início da execução do projeto, em 2014, o desmatamento era de 8,11 km². Ao longo dos anos, o desmatamento cai para 7,62 km² em 2015 e 6,75 km² em 2016, mas volta a subir a partir de 2017, quando se aproxima o fim do projeto, até chegar praticamente aos níveis de 2009 (35,15 km²) em 2018 (32,57 km²). Segundo a consultoria contratada pela GIZ, a redução do desmatamento nas áreas cobertas pelo projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia foi de 12,76 km², uma redução expressiva e a mais alta verificada entre todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, como pode ser confirmado no Quadro 1.

Quadro 1: Desmatamento na área de atuação dos projetos, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. Os dados apresentados em km²

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Período de execução dos projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 - 2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
Total Geral	19,91	15,30	111,91	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no FA (2021)

Por outro lado, após o fim de duração dos projetos, a taxa de desmatamento foi também a mais alta na região coberta pelo projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, com 105,99 km². (Quadro 1).⁸

A principal conclusão da consultoria foi que áreas cobertas pelos projetos apoiados pelo FA tiveram um desmatamento menor durante a execução dos projetos, comparados com o período imediatamente anterior ou posterior, sem exceção.⁹

Dessa forma, pode-se afirmar que o projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, assim como os demais projetos analisados nesta avaliação contribuiu para o atingimento do objetivo maior do Fundo Amazônia, qual seja, a redução do desmatamento na Amazônia. No caso específico do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia, a redução do desmatamento durante o projeto em termos percentuais foi de 11,68%. (Tabela 3)

Tabela 3: Taxa de desmatamento em relação a linha de base

Projetos	Linha de base (km ²)	Período de execução dos Projetos (%)	Pós-Projeto (%)
Alto Juruá	0,166555068	-64,63	33,40
Amazônia Indígena Sustentável	3,343512385	-74,93	-36,89
Arapaima: Redes Produtivas	1,335469284	-5,62	63,33
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,622696639	-38,91	126,97
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44487521	-11,68	633,72
Total Geral	19,91310859	-23,19	462,00

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

8. Cabe lembrar que a metodologia adotada pela consultoria contratada foi de dividir a média de desmatamento de acordo com a execução dos Projetos em antes (2009-2013), durante (2014-2018) e pós-execução dos projetos (2019-2020).

9. O único projeto que não pode ser mensurado foi o projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira que, pelas suas características e amplitude da área coberta, não permitiu uma medição da redução do desmatamento em suas áreas abrangidas pelo projeto.

Por outro lado, a taxa de desmatamento apresentou um expressivo acréscimo, de 462%, após a finalização dos projetos. No caso específico do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*, o aumento pós-projeto foi de 633,72%, de acordo com o estudo de Busca Terra (2021)¹⁰.

O projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* tem dois eixos centrais. O Eixo I: Componente Ordenamento Territorial e o Eixo II: Componente Sustentável.

4.1.2. Componente Ordenamento Territorial: Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada

Objetivo Geral 1: Seis Terras Indígenas (TIs) nos estados do Pará e Amapá com gestão territorial e ambiental consolidada

O Eixo I (Ordenamento Territorial) foi dividido em três linhas centrais: i) Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs); ii) Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental, iii) Estrutura de proteção territorial implantada.

O principal resultado indireto do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* na Componente Ordenamento Territorial foi a sensação de segurança e proteção. Segundo entrevistas realizadas com uma das coordenadoras da AMIN¹¹³⁴, a vigilância aumentou e reduziram-se as invasões, gerando essa sensação de segurança na sua área e nas TIs no entorno. Ainda segundo as entrevistas, as expedições realizadas também aumentaram a sensação de proteção, uma vez que as áreas cobertas pelo projeto são muito extensas. Um ponto importante levantado nas entrevistas, que é outro efeito indireto importante e que foi resultado do aumento da vigilância e do ordenamento territorial das TIs (além da redução do desmatamento, já apontado anteriormente), foi a redução das queimadas na TIs na área de

10. TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021. pp. 6-7.

11. Associação das Mulheres Indígenas. A AMIN representa oficialmente 250 mulheres oficialmente e cerca de 2000 informalmente. Entrevista com Renata e Bernadete.

abrangência do projeto e nas suas proximidades.¹²

Portanto, pode-se afirmar que os principais efeitos indiretos da Componente Ordenamento Territorial do projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia foram: reduzir o desmatamento, redução das queimadas e redução do número de invasões¹³ na área abrangida pelo projeto.

4.1.3. Componente Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá

Objetivo Geral 2: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá

O Objetivo Geral 2 (acima) foi trabalhado em apenas uma linha ou objetivo específico: 2.1: Atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas

Ao capacitar os indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, o projeto fortaleceu o manejo e uso sustentável de recursos naturais previstos nos PGTAs, os quais foram plenamente elaborados e executados durante a vigência do projeto, apesar de algumas metas não terem sido atingidas, o que se verá na próxima seção.

Dessa forma, pode-se afirmar que os principais efeitos indiretos do projeto foram:

- O fortalecimento do papel das mulheres, uma vez que elas receberam capacitação para melhorar as técnicas de produção e atuaram fortemente no projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia. Segundo entrevistas realizadas com coordenadoras da AMIN, a maior parte dos indígenas que trabalham na geração de renda nas TIs são mulheres, pois

12. Entrevista com Coordenadoras da AMIN.

13. Este é um indicador de difícil mensuração, mas que alguns projetos, como o projeto Ashaninka, conseguiu mensurar.

são elas que trabalham nas casas de farinha e no artesanato, que geram receitas para as suas respectivas TIs.

- O fortalecimento e agregação de valor das cadeias produtivas apoiadas pelo projeto (castanha, óleo do babaçu, açaí, farinha de mandioca), que gerou aumento da renda e, conseqüentemente, segundo as entrevistas realizadas, o aumento da qualidade de vidas nas TIs apoiadas pelo projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia.

4.2. Efeitos Diretos

Os Efeitos Diretos estão divididos em duas componentes: (1) Componente Produção Sustentável e (3) Componente Ordenamento Territorial.

4.2.1. Componente Ordenamento Territorial

A Componente Ordenamento Territorial, conforme já destacado, tinha os seguintes objetivos específicos: i) Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs); ii) Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental (iii) Estrutura de proteção territorial implantada.

Em relação ao objetivo “Organização do território definida através de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs)”, ele foi subdividido em produtos, a saber: Produto 1.1.1: Elaboração dos PGTAs das TIs Trincheira Bacajá, Apyterewa e Waiãpi e atualização do PGTA das TIs Galibi, Jumina e Uaçá no Oiapoque e Produto 1.1.2: Elaboração de Planos de Sustentabilidade Econômica dos PGTAs com diagnóstico de investimentos mínimos e de fontes de recursos para o seu financiamento.

O Produto 1.1.1. teve todas as suas metas atingidas e superadas. Havia uma previsão de realização de 24 oficinas para a construção participativa dos PGTAs e foram realizadas 43, superando a meta em 79,16%. Ao final das oficinas, esperava-se a elaboração de quatro PGTAs e essa meta foi integralmente cumprida, com 100% dos PGTAs propostos finalizados. Em relação ao Produto 1.1.2, as metas foram superadas: estava prevista a realização de três planos de sustentabilidade econômica dos PGTAs e foram desenvolvidos quatro, um para cada PGTA elaborado.

Em relação ao segundo objetivo específico, “Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental”, para atingi-lo, ele foi subdividido em diversas atividades: i) formação de servidores públicos, ii) formação de gestores e lideranças indígenas e iii) fortalecimento institucional das organizações indígenas.

Em relação à formação de servidores públicos, havia uma previsão de 32 oficinas e 60 servidores públicos capacitados. Na realidade, foram realizadas seis oficinas e 101 servidores públicos foram capacitados. No primeiro caso, apenas pouco mais de um quinto (21,87%) das oficinas previstas foram efetivamente realizadas. Já em relação aos servidores públicos capacitados, houve uma extrapolação das metas em mais de 2/3 (68,33%)¹⁴.

No que tange à formação de gestores e lideranças indígenas, havia uma meta da realização de três cursos de formação de gestores ambientais indígenas realizados, com a capacitação de 60 indígenas como gestores ambientais nos cursos realizados e, posteriormente com a realização de oito reuniões promovidas pelas lideranças indígenas. Na realidade, nesse objetivo específico, todas as metas foram cumpridas e superadas. De fato, foram promovidos 21 cursos, 133 indígenas foram capacitados e, a partir dessas capacitações, 18 reuniões com lideranças indígenas foram realizadas. As metas foram superadas em 600% nos cursos promovidos, 121,67% quanto ao número de indígenas capacitados e 125% no número de reuniões com lideranças indígenas.

Em relação ao fortalecimento institucional das organizações indígenas, também se superou todas as metas estabelecidas. A meta era de fortalecer três organizações indígenas para a gestão administrativa-financeira dos PGTA's e capacitar 20 indígenas para a gestão dos PGTA's. Na realidade, cinco associações foram beneficiadas pelas capacitações de fortalecimento institucional, superação da meta em 66,67%, e 26 indígenas foram capacitados em atividades de gestão administrativa-financeira, uma extrapolação das metas em 30%.

Pode-se afirmar, portanto, que na Componente de Ordenamento Territorial e Ambiental, todas as metas foram atingidas e/ou ultrapassadas.

14. O reduzido número de oficinas para a capacitação dos servidores públicos deve-se provavelmente ao fato da meta do número de servidores públicos a serem capacitados já ter sido atingida com apenas 07 oficinas.

4.2.2. Componente Produção Sustentável

A Componente Produção Sustentável possuía apenas um produto, a saber: Produto 2.1.1: Implantação de projetos comunitários locais de manejo e uso sustentável de recursos naturais. Esse produto foi subdividido em duas atividades: o desenvolvimento de projetos prioritários de manejo e uso sustentável de recursos naturais previstos nos PGTA's e a capacitação de indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais.

Havia uma meta de apoiar 11 projetos prioritários, mas foram apoiados apenas seis, ou seja, 54% da meta estabelecida. Já no caso da capacitação dos indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais, havia uma meta de capacitar 60 indígenas, mas foram capacitados 87. Ou seja, a meta foi ultrapassada em 45%.

Segundo um dos coordenadores do projeto entrevistados, o ponto alto do projeto foi ter atuado nos processos produtivos, agregando valor aos produtos das TIs, em particular do Oiapoque¹⁵. Os produtos mais beneficiados pela agregação de valor foram as castanhas, o açaí e o babaçu. As castanhas passaram a ser selecionadas e retiradas as impurezas e foram vendidas já ensacadas. O açaí foi vendido no formato de óleo, melhorou-se o seu processamento e embalagem. Foi instalada uma usina de processamento em função do projeto. Foi possível encontrar compradores fixos para esses produtos, que estavam dispostos a pagar mais por eles. No caso do óleo de babaçu o óleo passou a ser colocado em garrafas e foram criados rótulos para agregar valor. Dessa forma, foram trabalhadas as principais cadeias produtivas das TIs abrangidas pelo projeto. Elas se estruturaram melhor e houve introdução de novas tecnologias. Investiu-se ainda na facilitação de transporte com melhoria da logística de comercialização dos produtos.

Segundo um entrevistado, os recursos do projeto não foram suficientes, mas ajudaram as comunidades indígenas. O fortalecimento da cadeia produtiva do açaí e a criação de peixes trouxe segurança alimentar para as comunidades indígenas das TIs cobertas pelo projeto.¹⁶

15. Entrevista com coordenador, da TNC

16. Entrevista com o cacique Gilberto. Segundo o cacique, a piscicultura não deu os resultados esperados.

4.2.3. Síntese dos Efeitos Diretos

Em síntese, os resultados do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* estão apresentados no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Síntese dos Resultados do projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia*

Indicador	Definição	Linha de base	Meta ¹⁷	Em: 31.12.18
Nº de Terras Indígenas com PGTA's desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI	Medição do nº de Terras Indígenas com PGTA's desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI	3	6	6
Área das TIs com organização do território definida através de PGTA's formalizados nos Comitês Regionais da Funai	Medição da área das TIs com organização do território definida através de PGTA's formalizados nos Comitês Regionais da Funai (hectares)	518.454	3.549.857	3.549.857
Nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	Medição do nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto	0	8.805	8.805
Nº de indígenas capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	Medição do nº de indígenas capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	20	80	146
Nº de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	Medição do nº de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	0	60	101
Volume de recursos geridos pelas organizações indígenas fortalecidas pelo projeto	Medição do volume de recursos geridos pelas organizações indígenas fortalecidas pelo projeto (R\$)	0	incremento anual de pelo menos 15% de volume	834.119,19
Área das TIs sob proteção e vigilância comunitária	Medição da área das TIs sob proteção e vigilância comunitária (hectares)	0	2.839.886	2.221.110
Nº de acordos formais de vizinhança firmados com atores sociais no entorno das TIs	Medição do nº de acordos formais de vizinhança firmados com atores sociais no entorno das TIs	0	10	1

(Continua)

17. Incremento com base em linha de base definida no primeiro ano do projeto

(Continuação)

Indicador	Definição	Linha de base	Meta	Em: 31.12.18
Nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs	Medição do nº de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs	-	-	1
Volume de produção in natura gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	Medição do volume de produção in natura gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	0	Incremento anual de pelo menos 15% de volumes	448,8 hectolitros
Volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	Medição do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto	0	Incremento anual de pelo menos 15% de volumes	0
Receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto discriminada por produto	Medição da receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto discriminada por produto	0	Incremento anual de pelo menos 10% da receita obtida com atividade econômica de uso sustentável	205%

As metas de Terras Indígenas com PGTAs desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI, da medição da área das TIs com organização do território definida através de PGTAs formalizados nos Comitês Regionais da Funai (hectares) e da medição do nº de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto foram integralmente atingidas. No primeiro caso, foram 6 Tis com PGTAs desenvolvidos. No segundo caso, a mediação de área atingiu a 3.549.857 há, conforme previsto. O número de indígenas beneficiado, 8805, também correspondeu à meta proposta.

Em relação ao número de indígenas capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos e o nº de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos as metas foram superadas. Havia uma previsão de 80 indígenas capacitados e atingiu-se 146 indígenas (superação das metas em 82,5%). Já o número de servidores chegou a 101, contra uma meta de 60 servidores capacitados, com a superação das metas em 68,33%.

A medição da área das TIs sob proteção e vigilância comunitária (hectares) ficou abaixo das metas que eram de 2.839.886 ha, mas chegaram a 2.221.110 ha. Pode-se afirmar que 78,21% da meta foi atingida. Da mesma forma, havia uma previsão de concretização de dez acordos formais de vizinhança firmados com atores sociais no entorno das TIs, mas apenas um foi firmado, o que corresponde a 10% da meta estabelecida.

Em quatro casos, indicadores que fazem parte do projeto não puderam ser avaliados ou porque faltava uma linha de base ou porque faltava uma meta pré-estabelecida. Esse foi o caso da: i) medição do número de ocorrências de invasão territorial observadas nas TIs; ii) medição do volume de produção *in natura* gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto; iii) medição do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto; e iv) medição do volume de produto beneficiado ou industrializado com adequação ao mercado oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo projeto (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto.

Dessa forma, pode-se chegar às conclusões do Quadro 3, de acordo com os critérios recomendados pela OCDE:

Quadro 3: Considerações sobre o projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia de acordo com os critérios da OCDE

Critério	Resultado
Relevância	O projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia é de extrema importância para todos o país pois trata do ordenamento das TIs no Pará e no Amapá. O referido projeto contribui para os objetivos do Fundo Amazônia. A mudança de orientação das políticas públicas prioridades nas políticas públicas a partir de 2016 foi sentida diretamente neste projeto, com aumento do desmatamento durante o final do projeto. Esse fato torna os objetivos da intervenção ainda mais necessários atualmente (2020) do que no momento da concepção do projeto.
Eficiência	Do ponto de vista da eficiência, houve lacunas no planejamento que afetaram o atingimento de algumas metas. O planejamento da logística do projeto precisa ser aperfeiçoado.
Eficácia	Do ponto de vista da eficácia, a maioria substancial das metas foi atingida. No entanto, muitas atividades não possuíam uma linha de base ou uma meta pré-estabelecida, impedindo uma avaliação de eficácia do projeto nessas atividades.
Efetividade/Impacto	As entrevistas demonstraram que o projeto teve uma elevada efetividade e impacto. Foi mencionado um aumento da segurança e da qualidade de vida, em função do projeto. Pode-se ouvir nas entrevistas depoimentos de mudanças reais nas condições de vida e de trabalho dos povos indígenas das seis TIs cobertas pelo projeto. A intervenção estruturada foi essencial para se atingir os impactos relatados.

(Continua)

(Continuação)

Critério	Resultado
Sustentabilidade	<p>A questão da manutenção deste projeto IGATI é fundamental pois, ainda mais que os demais projetos, sofreu em decorrência de ameaças externas, tais como invasões e desmatamento. Assim como os demais projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, ele dependeu de recursos públicos e de doadores para sua manutenção.</p> <p>a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas, em geral, a capacitação de indígenas em atividades relacionadas ao manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais permite a sustentabilidade das ações do projeto.</p> <p>b) Do ponto de vista da Componente Produção Sustentável, o projeto possui atividades que contribuem com a sustentabilidade, tais como os indígenas (146) capacitados como gestores ambientais e em atividades de gestão administrativa-financeira que passaram a utilizar os conhecimentos adquiridos, assegurando a manutenção de atividades voltadas para o manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais. Estima-se que o número de indígenas beneficiado pelo projeto tenha chegado a 8805, o que demonstra o alcance do projeto e seu potencial de sustentabilidade.</p> <p>c) Do ponto de vista da Componente Ordenamento Territorial, o número de servidores públicos capacitados em temas relacionados ao trabalho de gestão territorial e ambiental em terras indígenas superou as metas atingindo 101 servidores contra uma previsão de 60. Com efeito, atingiu-se as metas de terras Indígenas com PGTAs desenvolvidos e formalizados nos Comitês Regionais da FUNAI, de medição da área das TIs com organização do território definida através de PGTAs formalizados nos Comitês Regionais da Funai (hectares). No primeiro caso, foram seis TIs com PGTAs desenvolvidos. No segundo caso, a mediação de área atingiu a 3.549.857 ha, conforme previsto, mostrando o potencial de replicabilidade (e sustentabilidade) dessas atividades.</p> <p>Em síntese, as oficinas e as capacitações realizadas fortaleceram as associações indígenas beneficiadas e asseguraram a possibilidade dos povos indígenas, alvos do projeto, virem a pleitear apoio financeiro em outras instâncias e fundos, a fim de garantir a sustentabilidade das atividades desenvolvidas por este projeto em um futuro próximo por meio de outros projetos.</p>

5. Gestão e monitoramento do projeto

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

O projeto contou com um coordenador e um técnico responsável pela operacional e logística, além de três técnicos/as, com dedicação parcial, para acompanhamento financeiro, contratual e contas.

5.1. Pontos positivos

A TNC executou um projeto anteriormente ao IGATI, trazendo consigo a experiência de implementação e diálogo com a equipe técnica do BNDES.

Houve a criação de um núcleo técnico de planejamento e acompanhamento, incluindo o diálogo com lideranças indígenas locais de cada

PGTA apoiado e parceiros. Foram realizadas oficinas para planejamento de atividades e, outras, com beneficiários indígenas, voltadas para prestação de contas sobre a implementação nos PGTA's apoiados.

Como anteriormente dito, a TNC foi responsável pela gestão, contratações e aquisições, mas também houve a contratação de consultorias técnicas em parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) no Amapá, o que foi relevante para a execução e acompanhamento do projeto no estado.

5.2. Desafios

Devido a desafios logísticos e forma de execução do projeto, beneficiários não participaram diretamente da gestão ou do diálogo direto com o BNDES. Essa questão ainda é um desafio latente para que os indígenas possam melhor dominar formas para operacionalizar projetos.

O projeto cumpriu com os objetivos previstos, porém, houve a necessidade de ajustes nos prazos, com a solicitação de extensão de um semestre para que fossem encerradas.

A invasão da TI Apyterewa dos Parakanã foi vista como um entrave externo. Isso impactou a implementação do plano de gestão na TI e demonstra que ainda é necessário ampliar o diálogo e proposição de parcerias com atores públicos em ações para combate a invasões e garantia jurídica sobre territórios indígenas.

6. Conclusões e lições aprendidas

O projeto Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia dialogou com o objetivo geral do Fundo Amazônia, qual seja, a redução do desmatamento da Amazônia, na região do projeto, ou seja, nas seis TIs apoiadas pelo projeto no Amapá e no Pará.

Em síntese, os efeitos deste projeto foram:

Efeitos Indiretos: o projeto reduziu o desmatamento, reduziu as queimadas, reduziu as invasões às áreas do projeto, aumentou a qualidade de vida das comunidades indígenas das TIs apoiadas e aumentou seu sentimento de segurança e de proteção.¹⁸

18. Até 2018. Após 2018, o desmatamento aumentou, bem como as queimadas e as invasões de terras.

Efeitos Diretos: o projeto fortaleceu as cadeias produtivas típicas da região do projeto, agregando valor a produtos como açaí, castanhas e babaçu. A piscicultura, segundo as entrevistas realizadas, teve resultados abaixo do esperado.

Apesar de ter dois eixos (ordenamento territorial e produção sustentável), o projeto realizou mais atividade na componente Ordenamento Territorial.

Por meio das várias oficinas e capacitações realizadas na região do projeto, foi possível elaborar e/ou implementar os PGTAs para todas as TIs abrangidas pelo projeto, com exceção de Cachoeira Seca.

Segundo um dos entrevistados, a capacitação dos agentes ambientais contribuiu para o fortalecimento das entidades parceiras do projeto.¹⁹

Segundo entrevistas realizadas, o projeto resolveu várias situações e problemas da comunidade indígena.²⁰

De acordo com as entrevistas, os PGTAS permitiram estabelecer quais eram os limites das TIs. A capacitação dos agentes ambientais também teve um papel importante nas reuniões sobre o território, em particular nos assentamentos com os vizinhos.²¹

De acordo com um dos entrevistados, o projeto gerou mais segurança por meio da fiscalização e do monitoramento. Houve uma demarcação das TIs em função do projeto.²² Foi possível fazer acordos de vizinhança com indígenas que viviam nas proximidades do projeto.

O projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* dialogou com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas (PNGATI). Em função do projeto, foi possível realizar planos de vigilância para praticamente todas as TIs, foram adquiridos equipamentos de proteção e foram realizadas expedições de vigilância.

Segundo um dos entrevistados, um dos efeitos do projeto foi o fortalecimento das instituições associadas ao projeto, que estão inseridas no mercado e captando recursos e administrando-os.²³

De fato, o projeto *Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia* pode ser considerado eficiente, por ter admi-

19. Entrevista com Fernando, um dos coordenadores do projeto (TNC).

20. Entrevista com o cacique Gilberto.

21. Entrevista com o cacique Gilberto.

22. Entrevista com o cacique Gilberto.

23. Entrevista com Fernando, um dos coordenadores do projeto (TNC).

nistrados bem as atividades e eficaz, pois atingiu a maioria das metas estabelecidas. Com efeito, das cerca de 20 metas existentes, o projeto atingiu 15, ou seja, 75% das metas propostas. Das 15 metas atingidas, em 10 casos (2/3) os resultados foram superiores ao que as metas estabeleciam.

Por outro lado, em vários casos, não foram declaradas quais seriam as metas de vários indicadores ou qual seria a linha de base, impossibilitando, portanto, a avaliação de eficácia dessas atividades.

7. Recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Apoiar diretamente organizações indígenas como executoras de projeto.	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias privadas para a comercialização dos produtos advindos do projeto no Brasil.	X	X	X	X	X	X
	Estabelecer parcerias para a exportação de produtos resultados das atividades do projeto.	X	X	X	X	X	X
	Propor uma maior articulação com estados e municípios para possibilitar a entrada dos produtos das TIs na merenda escolar e em programa públicos de compras de alimentos.	X	X	X	X	X	X
Efeito indireto	Apoiar a apresentação de projetos que permitam a continuidade deste e outros projetos do Fundo Amazônia.		X	X	X	X	X
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.	X	X	X	X		
	Apoiar novos projetos e parcerias que dialoguem com os atuais e integrem atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação.	X	X	X	X	X	X
Gerais	Fazer parcerias com instituições nacionais (Ex.: EMATER, EMBRAPA) e internacionais (IICA) de assistência técnica e extensão rural.	X	X	X	X	X	X
	Apresentar canais de acesso para outras fontes de recursos, nacionais e internacionais.	X	X	X	X	X	X

8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	Sim	O fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) no Amapá e Pará contribuem para a preservação das florestas e dialogam com os programas florestais nacionais e estaduais
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto contribui para o combate ao desmatamento e é consistente com Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AC).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Acordo do Clima (Paris): sistemas agroflorestais contribuem para a preservação do meio ambiente e diluem o efeito do aquecimento global nos territórios beneficiados PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas: na medida em que fortalece a ocupação das TIs com atividades econômicas sustentáveis. Programas culturais de preservação da memória indígena: em função do apoio ao artesanato. Programa Monitora (ICMBio-MMA): permite monitorar a situação da biodiversidade nas áreas beneficiadas pelo projeto. Programa Bioeconomia Brasil: o projeto apoiou atividades que fortaleceram as cadeias produtivas locais das TIs com atividades de uso dos recursos naturais com sustentabilidade. Programas Estaduais de Mudanças Climáticas: vide acima.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	O fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha).
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional	Sim	O projeto apoiado pelo Fundo Amazônia é fruto de uma articulação internacional (doadores e o Brasil) que está de acordo com a legislação nacional e é consistente com acordos internacionais na área florestal dos quais o Brasil faz parte.
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	O projeto apresentou exemplos de articulação com as autoridades federais, estaduais e municipais.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto buscou o fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha), o que intensifica a relação das comunidades indígenas com as florestas e ajuda a preservá-las.

(Continua)

AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS

PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

(Continuação)

Salvaguarda	Aten- de	Comentários
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	Sim	O projeto possui atividades de preservação da cultura indígena na área de alimentos, como a cultura do açaí e do babaçu, que contribuem para o fortalecimento da floresta.
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Com o uso econômico das TIs de forma sustentável, o projeto reforçou os direitos das comunidades indígenas sobre suas terras.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	A utilização econômica das florestas no sistema de fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) influencia o uso dos recursos naturais de forma sustentável.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Exemplo disso foi o fortalecimento de suas culturas e plantações. embora não previsse uma atividade voltada especificamente à área cultural.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	A interferência percebida (positiva) é reforçar suas culturas (econômicas) tradicionais por meio do fortalecimento das cadeias produtivas tradicionais da área projeto (açaí, babaçu e castanha).
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	Sim	Houve participação expressiva na maioria das capacitações, tanto de indígenas como de outros beneficiários pelo projeto.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	O projeto foi executado de forma participativa.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Adotou-se o planejamento participativo na tomada das decisões.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Sim. As associações parceiras da TNC no projeto ficaram com os recursos financeiros obtidos pela venda de seus produtos (a partir das atividades desenvolvidas) nas suas respectivas áreas.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	Utilizou-se, desde o início do projeto, um sistema de planejamento participativo nas reuniões que garantisse a participação e conhecimento de todas as ações previstas pelos projetos. Em relação ao público beneficiário, foram feitas oficinas, cursos e capacitações para apresentadas novas técnicas de atuação.

(Continua)

AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS

PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Em parte	O projeto falhou no que tange ao monitoramento de algumas das atividades e não cumpriu algumas metas.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16²⁴ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		Sim. O fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) garante a conservação das florestas naturais e diversidade biológica
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir da elaboração e/ou implementação dos PGTA's nas áreas abrangidas pelo projeto, bem como pela capacitação de agentes ambientais e pelas expedições e rondas de monitoramento realizadas.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Sim	Pelo uso sustentável dos recursos naturais e pelo fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha).
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Sim	Sim.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?		A partir do fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha). Houve também várias oficinas e capacitações no sentido de agregação de valor a esses produtos.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Sim	A informação que se possui é que o mecanismo de compensação financeira (REDD) não foi utilizado neste projeto, embora seja compatível com a preservação das florestas e fortalecimento das cadeias produtivas do açaí, do babaçu e da castanha que o projeto promove.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Sim	O próprio fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) contribui para a captura de carbono e para a redução das emissões.

24. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

9. Critérios transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	As atividades do projeto eram voltadas para a produção sustentável por meio do fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) e por buscar agregar valor nessas cadeias produtivas e na preservação da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Sim	O projeto gerou uma renda adicional para as comunidades e aumentou as atividades, permitindo que toda a comunidade participasse das ações previstas, muito embora não tenha sido possível estimar o valor com os dados disponibilizados.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Sim. A maioria das metas foi alcançada e algumas mesmo ultrapassadas. Elas foram descritas com detalhe na seção 'Resultados - Efeitos diretos'.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	As mulheres indígenas puderam participar das capacitações promovidas.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	As atividades do projeto empoderaram as mulheres e promoveram a equidade de gênero na medida em que permitiram que as mulheres pudessem aprender novas técnicas em suas atividades produtivas.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	O projeto apresentou parcerias com o setor público (união, estados e municípios) e com outras associações privadas (OSC/ONGs).
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Sim	Sim, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas locais e de atividades produtivas sustentáveis.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Sim	O projeto previa o fortalecimento das cadeias produtivas da área projeto (açaí, babaçu e castanha) e, dessa forma, permitiu que houvesse uma inserção maior dos beneficiários (indígenas) nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no Âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

- Projeto Fortalecimento Da Gestão Territorial
e Ambiental De Terras Indígenas Na Amazônia -

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes
Gersem Baniwa
Ricardo Wahrendorff Caldas

Março / 2022

